

Câmara de SP: lei contra violência e feminicídios

PL avança com dados recentes sobre crimes contra mulheres

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara Municipal de São Paulo aprovou dois projetos de lei dirigidos ao enfrentamento da violência contra a mulher. As propostas aprovadas na comissão seguem para votação em plenário e entram em processo de debate público com prazos previstos para a reta final da legislatura.

O primeiro projeto, identificado como PL 226/2017, propõe diretrizes municipais para prevenção, acolhimento e proteção de mulheres vítimas de violência de gênero. De acordo com o texto aprovado na CCJ, o Projeto prevê a criação de protocolos de atendimento, medidas de integração entre órgãos da Prefeitura e ações voltadas à capacitação de servidores. O relatório apresentado pela relatora na comissão sustenta a necessidade de padronização de procedimentos para encaminhar denúncias e oferecer suporte às vítimas.

O segundo projeto, PL 1382/2025, estabelece a criação de cargos para compor uma equipe de apoio técnico à Procuradoria Especial da Mulher e à Procuradoria Especial da Criança e do Adolescente da Casa. A proposta descreve atribuições voltadas ao levantamento de demandas, articulação institucional, apoio ao processamento de denúncias e sistematização de dados relacionados à violência doméstica e de gênero. Em sessão, membros da Comissão apontaram que a medida visa ampliar a capacidade administrativa da Câmara para acompanhar políticas públicas e fortalecer a interlocução com redes de proteção.

Com a aprovação na CCJ, as matérias foram incluídas na pauta para votação em plenário. A Comissão agendou audiência pública para 8 de dezembro, etapa em que representantes do Executivo, do Judiciário e de organizações da sociedade civil devem apresentar contribuições e esclarecimentos técnicos sobre a implementação das propostas discutidas.

Os projetos tramitam em um contexto de dados oficiais que, segundo levantamento divulgado no início de dezembro, apontam aumento de feminicídios na capital paulista e no estado. Conforme a publicação da Agência Brasil, entre janeiro e outubro de 2025 a cidade de São Paulo registrou 53 feminici-



Comissão fará Audiência Pública para discutir projetos contra feminicídios

Richard Lourenço / Rede Câmara



CCJ se reuniu dois dias seguidos para discutir projetos

cídios, enquanto o estado contabilizou 207 casos no mesmo período. O total parcial da capital supera o número fechado de 2024, quando foram registrados 51 casos no período.

Autoridades municipais e estaduais terão agora a tarefa de integrar as medidas previstas nos textos com as iniciativas administrativas em curso. Entre as ações citadas por dirigentes municipais estão a intensificação de programas de prevenção, a revisão de protocolos e a identificação de áreas com maior incidência de crimes contra mulheres, além de esforços para melhorar a articulação entre serviços de atendimento, segurança e justiça. A tramitação legislativa deve servir como instrumento formal para ajudar a definir responsabilidades e

prazos de execução de todas as medidas aprovadas.

A inclusão de dispositivos voltados ao levantamento e sistematização de dados é considerada, na justificativa dos projetos, um mecanismo importante para monitorar o impacto das políticas públicas e orientar decisões futuras. A proposta de criação de equipe de apoio técnico na Câmara prevê o acompanhamento contínuo de indicadores e a produção de relatórios que poderão subsidiar políticas municipais e recomendações a outros entes públicos.

Representantes da sociedade civil serão convidados à audiência pública para apresentar pareceres técnicos e relatos de experiências sobre acolhimento e proteção. A expectativa da Comissão é reunir contribui-

ções que possam aprimorar os textos antes da apreciação em plenário. Caso aprovados, os projetos seguirão para sanção ou veto do Poder Executivo municipal, conforme o trâmite legislativo vigente.

Enquanto isso, os dados consolidados até outubro passaram a ser referencial para gestores e organizações que acompanham a evolução da violência de gênero. O levantamento mencionado pela Agência Brasil tem sido utilizado como base para planejamento de ações emergenciais e para o estabelecimento de metas voltadas à redução da letalidade contra mulheres. A próxima divulgação oficial, com o fechamento anual, deverá indicar se a tendência observada até outubro se manteve nesses meses finais do ano.

A tramitação legislativa e o monitoramento estatístico seguem em paralelo, e a Câmara Municipal informou que divulgará comunicados sobre as etapas seguintes da apreciação dos projetos. A pauta sobre enfrentamento da violência contra a mulher permanecerá na agenda pública enquanto houver necessidade de alinhamento entre medidas legais e operacionais destinadas à prevenção, à proteção e ao acompanhamento das vítimas. A Câmara também informou que vai publicar, em breve, um cronograma detalhado das ações previstas.

transporte de passageiros por moto na capital

A Subcomissão do Serviço de Transporte Individual de Passageiros por Motocicleta, ligada à Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo, apresentou o relatório final sobre a regulamentação do transporte de passageiros por moto na capital. O documento propõe o **PL 1487/2025**, que reúne as regras para organizar o serviço, em meio à determinação judicial que obriga a Prefeitura a regularizar a modalidade até 11 de dezembro. A gestão municipal tentou reverter a decisão, mas o Tribunal de Justiça manteve a ordem. A presidente da Subcomissão, vereadora Renata Falzoni (PSB), informou que os membros do colegiado tiveram acesso prévio ao relatório. Em seguida, o relator Paulo Frange (MDB) fez a leitura do texto, que recebeu contribuições de vereadores das duas comissões envolvidas antes de ser aprovado.

Entre as diretrizes propostas, o projeto estabelece licenciamento comercial com placa vermelha, qualificação obrigatória para os condutores — incluindo curso específico e anotação de atividade remunerada — e padronização de segurança, como cilindrada mínima e uso de equipamentos de proteção. O relatório também prevê seguro obrigatório, restrição de circulação em vias rápidas e proibição de acesso às faixas exclusivas de ônibus. O serviço ficaria limitado a trajetos curtos, com compartilhamento de dados em tempo real pelas plataformas e adoção de um projeto-piloto antes da liberação definitiva. O relator destacou que a proposta busca dar segurança jurídica e física a usuários e motociclistas. Segundo ele, o texto entregue é uma base sólida que poderá receber novos ajustes até chegar ao Plenário. Falzoni reforçou que a Subcomissão ouviu especialistas, órgãos públicos e representantes do setor para garantir uma proposta viável e alinhada à realidade da mobilidade paulistana. Após a apresentação, a Comissão de Trânsito aprovou parecer favorável ao projeto, que deve ser votado ainda nesta semana.

O vice-presidente da Subcomissão, Kenji Ito (PODE), afirmou que a retomada dos serviços por moto deve ampliar oportunidades de renda.